



JUCESP PROTOCOLO  
0.899.150/14-7



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA  
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ARTERIS S.A.**

entre

**ARTERIS S.A.**  
*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datado de  
16 de setembro de 2014

*R 1*

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ARTERIS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**ARTERIS S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 9º andar, Vila Nova Conceição, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 02.919.555/0001-67, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da segunda emissão pública de debêntures da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

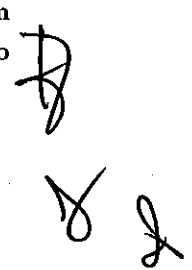
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão ("**Agente Fiduciário**");

sendo, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A." ("**Escritura de Emissão**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I**  
**AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de setembro de 2014 ("**RCA**"), na qual foram deliberadas e aprovadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), conforme disposto no artigo



14, alínea "xvi" de seu estatuto social e no artigo 59, parágrafo 1º da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Por meio da RCA, a Diretoria da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão (conforme abaixo definido), dentre os quais o aditamento a esta Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido) e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido).

## CLÁUSULA II REQUISITOS




A segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, em série única, da espécie *com* garantia real, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, *com* esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada *com* observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. DISPENSA DE REGISTRO NA CVM

A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

### 2.2. REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do Registro na Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do §1º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", de 30 de janeiro de 2014, atualmente em vigor ("Código ANBIMA"). Não obstante, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito até a data de envio do comunicado de encerramento da Oferta Restrita à CVM.



### 2.3. ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

A ata da RCA que deliberou sobre a proposta de Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", em conformidade com o artigo 62, inciso I, e com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. REGISTRO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO E DE SEUS ADITAMENTOS

Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos serão enviados ao Agente Fiduciário ~~tempestivamente~~ após o devido registro na JUCESP.

### 2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA, Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercado Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.6. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Nos termos do artigo 3º de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora as seguintes atividades: (i) execução por administração, empreitada ou sub-empreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto o fornecimento pela Companhia de mercadorias fora do local de prestação dos serviços; (ii) realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil; (iii) realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem

*[Handwritten signatures and initials]*

restrição, serviços de construção civil, terraplanagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral; (iv) exploração direta e/ou através de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privada, autorizações, permissões e concessões; (v) exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral; e (vi) participação em outras sociedades que desenvolvam atividades relacionadas às descritas nos itens (i) a (v) acima.

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em série única.

#### 3.2. VALOR DA EMISSÃO

O valor total da Emissão ("Valor da Emissão") será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

#### 3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

#### 3.4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para o financiamento de investimentos, por meio de aportes de capital e mútuos, das companhias Autopista Fernão Dias S.A., Autopista Fluminense S.A., Autopista Litoral Sul S.A., Autopista Planalto Sul S.A. e Autopista Régis Bittencourt S.A., todas concessionárias de rodovias federais, controladas pela Emissora.

#### 3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

As Debêntures representam a segunda emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.

88  
2

### 3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.6.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).

3.6.2. A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Escrutador Mandatário”).

3.6.3. As definições constantes desta Cláusula incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário, conforme aplicável, na prestação dos serviços previstos nos itens 3.6.1 e 3.6.2 acima.




### 3.7. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

3.7.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definido) antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, julgada apropriada pelo Escriturador Mandatário e pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.7.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do parágrafo acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou, ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário e/ou Banco Liquidante e/ou pela Emissora.

### 3.8. GARANTIA REAL

3.8.1. Como garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações

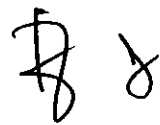
assumidas no âmbito da Emissão, incluindo os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, a Emissora cederá fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário: (i) 49% (quarenta e nove por cento) dos dividendos e juros sobre o capital próprio de sua titularidade, decorrentes de sua participação na Autovias S.A. ("Autovias"), na Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias") e na Vianorte S.A. (em conjunto com a Autovias e a Centrovias, "Controladas"); (ii) 51% (cinquenta e um por cento) dos dividendos e juros sobre capital próprio de sua titularidade, decorrentes da participação da Emissora nas Controladas, após a liberação dos ônus atualmente existentes sobre tais dividendos e juros sobre capital próprio; e (iii) 100% (cem por cento) dos recursos depositados em determinada conta vinculada de titularidade da Emissora, não movimentável livremente pela Emissora, na qual deverá ser depositada a totalidade dos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Controladas à Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre as Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência das Controladas e da instituição contratada para prestação dos serviços de banco depositário ("Garantia Real" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente).

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. REGIME COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores (conforme abaixo definido), no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

4.1.2. O procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") será organizado pela instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder") que poderá convidar, a seu exclusivo critério, outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, para participar da Oferta ("Coordenadores"), e será realizado sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir a taxa final do Acréscimo sobre a Taxa DI (conforme definido abaixo), bem como a eventual aplicação de ágio e deságio sobre o Valor Nominal Unitário. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura



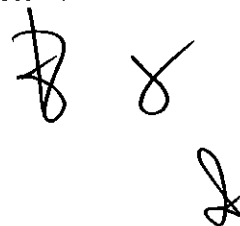


de Emissão, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP, estando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de prévia aprovação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), uma vez que a Taxa Máxima (conforme abaixo definido), bem como a possibilidade de aplicação de ágio ou deságio sobre Valor Nominal Unitário, já foram deliberadas por meio da RCA.

4.1.3. A Oferta Restrita terá como público alvo exclusivamente Investidores Qualificados. O plano de distribuição das Debêntures observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da Segunda Emissão da Arteris S.A." celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

4.1.3.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, atestando adicionalmente estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2 acima e das regras expedidas pela ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de





negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

**4.1.4.** Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

**4.1.5.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, ressalvado eventual deságio apurado conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**4.1.6.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de outubro de 2014 ("Data de Emissão").

#### **4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES**

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. FORMA, TIPO E CONVERSIBILIDADE; COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES**

**4.4.1.** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

**4.4.2.** Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

#### **4.5. ESPÉCIE**

As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito na Cláusula 3.8 acima.

*[Handwritten signatures and initials]*

#### 4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, utilizando-se para tanto 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, sendo certo que o Valor Nominal Unitário poderá contar com ágio ou deságio, que será o mesmo para todos que efetivamente subscreverem e integralizarem as Debêntures, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.7. DATA DE VENCIMENTO

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo de vigência das Debêntures será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento, nos termos desta Escritura de Emissão.

#### 4.8. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) será amortizado a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, em 3 (três) parcelas semestrais e sucessivas, devidas sempre nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 01 de outubro de 2016, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures").

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Porcentagem do Valor Nominal Unitário
1ª	01 de outubro de 2016	33,3333%
2ª	01 de abril de 2017	33,3333%
3ª	Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário

B

8

#### 4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, incidirão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa, ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano ("Taxa Máxima"), base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração das Debêntures").

4.9.1.1. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread} - 1)$$

onde:

J	valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

*k* número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até *n*;

Handwritten marks: a large stylized 'B' and a signature.

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI<sub>k</sub> Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI<sub>k</sub> Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 1,7000

DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

*[Handwritten signature]*

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.9.1.2. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.1.3. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.9.2. *Ausência de Divulgação.* No caso de (i) extinção, (ii) ausência de apuração e/ou de divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou (iii) impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI por proibição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa determinada legalmente para tanto.

4.9.2.1. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias de ausência de apuração e/ou de divulgação previsto acima, ou no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à extinção ou impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI por proibição legal ou determinação judicial, assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

4.9.2.2. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo a ser definido pelos

*[Handwritten signatures and initials]*

Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.9.1, sendo que a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última taxa DIk disponível.

4.9.2.3. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.9.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração (ou data de vencimento das Debêntures) correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.4. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após cada amortização das Debêntures, conforme previstas na Cláusula 4.8.

4.9.5. Pagamento da Remuneração das Debêntures. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures devido em 01 de abril de 2015, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 01 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.5.1. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

#### 4.10. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Handwritten signature and initials.

#### 4.11. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.11.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

4.11.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada ao Agente Fiduciário e deverá publicar, na mesma data de envio da referida comunicação, anúncio aos Debenturistas ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), no qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação; (b) caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado será realizada independentemente do número de adesões ou se estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade de Debenturistas que, no total, detenham um número mínimo de Debêntures a ser especificado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido pela Emissora, caso exista, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da Emissora e que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto na cláusula 4.11.1.2. abaixo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

4.11.1.2. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, findo o qual a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

4.11.1.3. A Emissora deverá (a) na data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado, sendo que

Bj

2

qualquer alteração em relação à data informada no Edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá ser previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado.

4.11.1.4. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento devido em razão do resgate antecipado (exclusive); e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado no Edital da Oferta de Resgate Antecipado, a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

4.11.1.5. Caso a Emissora opte por realizar a Oferta de Resgate Antecipado parcial e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas pelos Debenturistas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade de Debêntures originalmente indicada pela Emissora, então será feito sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo os investidores informados do resultado.

4.11.1.6. As Debêntures resgatadas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado serão obrigatoriamente canceladas.

4.11.1.7. O resgate antecipado ocorrerá de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CETIP, sendo que, no caso de resgate antecipado parcial, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

#### 4.12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures

*[Handwritten signatures and initials]*



adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em Circulação.

#### 4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.13.2, a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme seja o caso), até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, do pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.14 abaixo, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) mora ou inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão não sanada dentro do prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do inadimplemento;
- (b) mora ou inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação não pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão não sanada dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do inadimplemento ou no prazo estabelecido para sanar tal inadimplemento, se houver;
- (c) inadimplemento não sanado nos prazos de cura previstos no respectivo contrato, com relação a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer de suas controladas, com valor individual igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, ou valor agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (d) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer de suas controladas, com valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (e) caso a Emissora e/ou qualquer das Controladas deixem de ser controladas direta ou indiretamente pela Abertis Infraestructuras S.A. e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL;
- (f) no caso de (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer de

*[Handwritten signature]*

suas controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas;

- (g) no caso de (i) protestos de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou (ii) caso a Emissora esteja registrada em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil desde que, em qualquer dos casos mencionados, não sejam sanados ou comprovados como sendo ilegítimos ou tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens;
- (h) não cumprimento, nos prazos legais aplicáveis, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (i) perda por qualquer motivo, suspensão, transferência, desapropriação, confisco ou não renovação de qualquer concessão, subvenção, alvará, licença ou autorização detida pela Emissora ou por qualquer de suas controladas que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Emissora referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão, do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada à perda, suspensão, transferência, desapropriação, confisco ou não renovação de qualquer concessão, subvenção, alvará, licença ou autorização em questão;
- (j) intervenção em qualquer concessão da Emissora ou de suas controladas pelo respectivo poder concedente que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Emissora referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão, do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada à intervenção;
- (k) caso a Emissora deixe de ser listada, ou adote qualquer procedimento visando à exclusão de listagem, no segmento do Novo Mercado da BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (l) ocorrência de qualquer evento (i) que razoavelmente afete a capacidade da Emissora de cumprir qualquer das obrigações assumidas em relação às Debêntures ou (ii) que resulte em uma redução de

28

2

20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Emissora referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada ao evento em questão, ou que resulte em uma redução de 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada das concessionárias estaduais controladas pela Emissora por conta de venda de ativos, medido no balanço combinado do braço das concessões estaduais;

- (m) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou qualquer de suas controladas, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto pela incorporação ou fusão entre as controladas da Emissora desde que tais eventos não acarretem em perda, pela Emissora, do controle acionário direto e indireto nas controladas, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) qualquer alteração do objeto social da Emissora ou de qualquer de suas controladas sem o consentimento prévio dos Debenturistas, exceto se as atividades resultantes da alteração forem diretamente relacionadas aos respectivos objetos sociais vigentes;
- (o) redução de capital, resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora sem o consentimento prévio e expresso dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (p) não observância pela Emissora dos índices financeiros abaixo especificados, acompanhados pelo Agente Fiduciário (i) trimestralmente no caso do Índice Financeiro Dívida Líquida (conforme definido abaixo) e (ii) semestralmente no caso do Índice Financeiro Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (sendo o Índice Financeiro Dívida Líquida e o Índice Financeiro Serviço da Dívida, quando considerados em conjunto "Índices Financeiros"), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, a serem calculados com base nas informações financeiras da Emissora, ao final de cada trimestre ou semestre, conforme aplicável, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, sendo que a primeira verificação dos Índices Financeiros ocorrerá com base nos números divulgados pela Emissora referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2014:

	Índice
Dívida Líquida/(EBITDA) - Direito de Outorga (Ego Papa) ("Índice Financeiro Dívida Líquida")	Inferior ou igual a 3,75
Dividendos Resgatáveis / Serviço da Dívida das Debêntures ("Índice Financeiro Serviço da Dívida")	Maior ou igual a 2,10

*[Handwritten signatures and initials]*

Onde:

- i. considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, mútuos celebrados com a controladora da Emissora ou com quaisquer terceiros que não integrem o Grupo Econômico (conforme abaixo definido) da Emissora, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida;
  - ii. considera-se como "EBITDA", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
  - iii. consideram-se como "Dividendos Recebidos" o fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Emissora, decorrente de sua participação em cada uma das Controladas, que tenham sido efetivamente distribuídos nos últimos 12 (doze) meses; e
  - iv. considera-se como "Serviço da Dívida das Debêntures" o valor pago pela Emissora a título de Remuneração das Debêntures e amortização do Valor Nominal Unitário nos últimos 12 (doze) meses;
- (q) pagamentos, pela Emissora, de dividendos aos seus acionistas, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação a qualquer de suas obrigações decorrentes das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;
- (r) transformação da Emissora em outro tipo societário, exceto por imposição do poder concedente e desde que (i) o novo tipo societário permita a emissão de debêntures; e (ii) a Emissora permaneça registrada como uma companhia aberta perante a CVM;

78

1

- (s) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- (t) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta da parte substancial de seus ativos ou na incapacidade da Emissora ou de qualquer das Controladas de gerir seus respectivos negócios;
- (u) concessão de mútuos pela Emissora a quaisquer terceiros, excetuados mútuos celebrados entre a Emissora e/ou por quaisquer de suas respectivas sociedades controladas (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações);
- (v) caso os bens necessários para a condução das atividades principais da Emissora ou de qualquer das Controladas deixem de estar adequadamente segurados, conforme práticas usuais de mercado;
- (w) venda ou transferência de ativos da Emissora ou de qualquer das suas controladas, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto se houver o consentimento prévio dos Debenturistas;
- (x) constituição, pela Emissora ou por qualquer das suas controladas, de qualquer garantia, ônus ou gravame sobre as ações ou sobre quaisquer frutos das ações de emissão das Controladas;
- (y) aplicação e/ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na presente Escritura de Emissão;
- (z) inveracidade ou descumprimento, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita e, no caso de incorreção de tais declarações ou garantias, desde que não sejam devidamente sanadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora tomar ciência de referida incorreção; e
- (aa) se: (i) houver descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, caso não haja um prazo de cura específico ali previsto; ou (ii) a Garantia Real (a) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou pelas Controladas; (b) for anulada; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida; ou (iii) caso qualquer aditamento à Garantia Real não seja devidamente registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária.

*[Handwritten signature]*

4.13.1.2. As referências a “controle” encontradas na Cláusula 4.13.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.1.3. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Grupo Econômico” da Emissora a Emissora e todas as suas controladoras, controladas e coligadas.

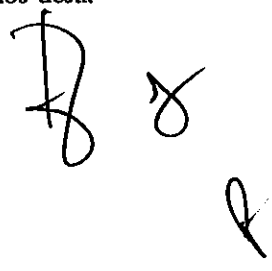
4.13.1.4. Os valores mencionados nas alíneas (c), (f), (g) e (w) da Cláusula acima serão reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), calculado pela Faculdade Getúlio Vargas no dia 01 de outubro de cada ano.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (j), (k), (m), (o), (r), e (s) da Cláusula 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (i), (l), (n), (p), (q), (t), (u), (v), (w), (x), (y), (z) e (aa) da Cláusula 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por qualquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada na forma prevista na Cláusula VII desta Escritura de Emissão.

4.13.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.13.2 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.1. Independente do disposto na Cláusula 4.13.3 acima, a não instalação da referida Assembleia de Debenturistas por falta de quórum, verificada após a primeira e a segunda convocações, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, este deverá enviar, imediatamente, comunicado por escrito à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, e a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta



Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

4.13.4.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.13.4. acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### 4.14. ENCARGOS MORATÓRIOS

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").

#### 4.15. ATRASO NO RECEBIMENTO DOS PAGAMENTOS

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

#### 4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento: (i) de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso ("Local de Pagamento").

88

2

#### 4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Caso uma data de pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de tal obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

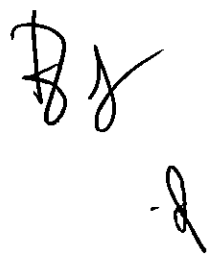
4.17.2. Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(cis)” significa: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

#### 4.18. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de “Avisos aos Debenturistas”, e publicados no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Valor Econômico”, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br)), observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora, ainda, comunicar o Agente Fiduciário sobre a realização da referida publicação, na mesma data em que ocorrer, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicá-lo nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### 4.19. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Foi contratada, como agência de classificação de risco da Oferta Restrita, a Standard & Poor's (“Agência de Classificação de Risco”), que atribuirá *rating* às Debêntures, a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora pelas agências Moody's América Latina ou Fitch Ratings, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas.





**CLÁUSULA V**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

**(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:**

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento do Índice Financeiro devidamente calculado pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção deste e assinado por representante legal da Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, do Índice Financeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo semestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento do Índice Financeiro devidamente calculado pela Emissora, para o respectivo trimestre, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção deste e assinado por representante legal da Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, do Índice Financeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iv) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, confirmação, por meio de declaração firmada pelo Diretor de Relações com Investidores, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

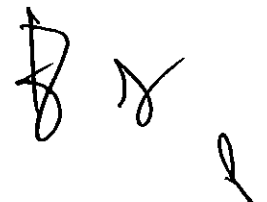
disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta; (d) o cumprimento da obrigação de manutenção do departamento de debenturistas; (e) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente segurados; e (f) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social.

- (v) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
  - (vi) em, no máximo, 1 (um) Dia Útil após a publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.18 acima; e
  - (vii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais, e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou no normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no 3º (terceiro) Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados.
- (b) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras, contas e balanços a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
  - (c) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM;
  - (d) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - (e) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
  - (f) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação (salvo quando for previsto nesta Escritura de Emissão prazo diverso para a convocação);

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

- (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (q) manter e fazer com que suas controladas mantenham em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, desde que a preço de mercado, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (s) manter, e fazer com que suas controladas mantenham, sempre válidas e em vigor as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (t) contratar anualmente uma entre as seguintes empresas de auditoria: (i) Ernst & Young Terco; (ii) PricewaterhouseCoopers; (iii) Deloitte; (iv) KPMG; (v) BDO ou (vi) outra empresa de auditoria de primeira linha, desde que previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia convocada especificamente para esse fim;
- (u) fornecer tempestivamente todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CETIP;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (w) contratar a Agência de Classificação de Risco para obtenção de *rating* para: (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 12 (doze) meses, até o vencimento das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que sejam entregues ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco dentro de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias após sua elaboração; e (iii) em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência do evento, comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora deverá notificar o Agente



Fiduciário que, nos termos da Cláusula VII da presente Escritura, convocará Assembleia de Debenturistas para que esta defina a nova agência classificadora de risco;

- (x) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (y) fazer com que cada uma das Controladas distribua, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, a totalidade de seu lucro líquido em cada exercício social;
- (z) enviar os atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório de que trata a Cláusula 6.5(k) abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos anteriores ao encerramento do prazo previsto na Cláusula 6.5.(k) abaixo; e
- (aa) cumprir com todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo:
  - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedade por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (iv) manter suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 e comunicar sua ocorrência imediatamente ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário e à CETIP; e



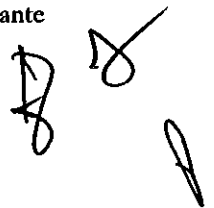
(vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

5.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre realizadas em conformidade com as boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.2. As despesas a que se refere a Cláusula 5.1(r) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia, e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) custos com fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) despesas de viagem, alimentação, transporte e estadia de seus agentes, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.1(r) acima, desde que um Evento de Vencimento Antecipado não tenha ocorrido e continue, caso em que se aplicará o disposto no 5.2.1.;
- (e) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante



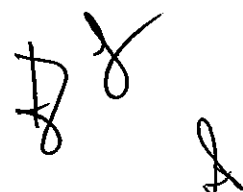
a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

## CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

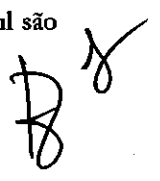
6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:


- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou, no momento de aceitar sua função, a regularidade da constituição da Garantia Real prestada nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (k) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos da Autopista Fernão Dias S.A. ("1ª Emissão da Fernão Dias"), com vencimento em 4 de julho de 2015, em que foram emitidas 3.370 (três mil, trezentas e setenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$33.700.000,00 (trinta e três milhões e setecentos mil reais). Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Fernão Dias são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos da Autopista Fluminense S.A. ("1ª Emissão da Fluminense"), com vencimento em 4 de julho de 2015, em que foram emitidas 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Fluminense são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos da Autopista Litoral Sul S.A. ("1ª Emissão da Litoral Sul"), com vencimento em 4 de julho de 2015, em que foram emitidas 2.610 (duas mil, seiscentas e dez) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$26.100.000,00 (vinte e seis milhões e cem mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Litoral Sul são



garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (iv) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos da Autopista Planalto Sul S.A. ("1ª Emissão da Planalto Sul"), com vencimento em 4 de julho de 2015, em que foram emitidas 1.390 (um mil, trezentas e noventa) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$13.900.000,00 (treze milhões e novecentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Planalto Sul são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (v) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos da Autopista Regis Bittencourt S.A. ("1ª Emissão da Regis Bittencourt"), com vencimento em 4 de julho de 2015, em que foram emitidas 3.940 (três mil, novecentas e quarenta) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$39.400.000,00 (trinta e nove milhões e quatrocentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Regis Bittencourt são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (vi) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("3ª Emissão da Intervias"), com vencimento em 15 de março de 2015, em que foram emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Intervias não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (vii) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Autovias ("3ª Emissão da Autovias"), com vencimento em 20 de agosto de 2017, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Autovias não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (viii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Centrovias ("2ª Emissão da Centrovias"), com vencimento em 20 de junho de 2018, em que foram emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$400.000.000,00





(quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Centrovias não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (ix) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Vianorte ("2ª Emissão da Vianorte"), com vencimento em 20 de março de 2017, em que foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Vianorte não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

6.2.1. Além da presente Emissão e das emissões de debêntures mencionadas na alínea "k" da Cláusula 6.2 acima, o Agente Fiduciário não atua em qualquer outra emissão de debêntures da Emissora, nem de sociedade coligada, controladora ou integrante de seu Grupo Econômico.

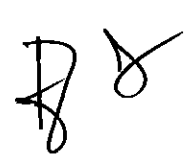
6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, remuneração anual equivalente a R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a ser paga durante o prazo de vigência da presente Emissão, sendo a primeira parcela devida a partir do 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.

6.4.1. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.2. A remuneração prevista na Cláusula 6.4 acima será atualizada anualmente pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

6.4.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.



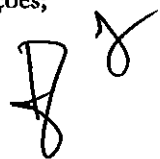
6.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura de Emissão, será acrescido à dívida da Emissora e gozará dos mesmos direitos das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.4.6. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora, incidirão os Encargos Moratórios previstos nesta Escritura de Emissão.



6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de recebimento da solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia Real;
  - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
  - (xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.



- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) coordenar o sorteio dos Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- (s) acompanhar a manutenção do Índice Financeiro, após o recebimento dos relatórios mencionados nos itens 5.1. (a) (i) e (ii), podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento do referido Índice Financeiro; e
- (t) disponibilizar diariamente aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado o Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário com base nas informações a ele fornecidas conforme previsto nesta Escritura de Emissão, por meio de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores.

DJ

2

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora para que esta comunique os Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.

88

8

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.4 acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.18 acima.

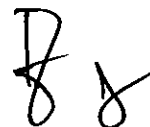
6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.



7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Para os fins de apuração dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

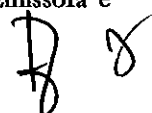
7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.11 abaixo ou se de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.11. As alterações nas condições descritas a seguir, conforme venham a ser propostas pela Emissora, somente poderão ser realizadas mediante aprovação por Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração das Debêntures (exceto pelo disposto na Cláusula 4.9.2 acima), (ii) Data de Pagamento da Remuneração, (iii) Data de Vencimento das Debêntures, (iv) valores e Datas de Amortização das Debêntures, (v) alteração ou exclusão de hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 4.13.1 acima, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro, (vi) obrigações constantes da Cláusula V acima; (vii) condições da Garantia Real; (viii) alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula VII; (ix) disposições desta Cláusula 7.11; (x) criação de evento de repactuação, e/ou (xi) disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e







obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

## CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

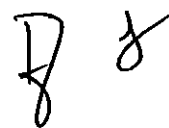
- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM devidamente atualizado, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à constituição da Garantia Real e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
- (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e as obrigações previstas em tais documentos constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a constituição da Garantia Real e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (exceto os ônus decorrentes da constituição da Garantia Real), ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

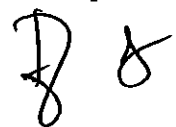
(e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (g) a Emissora possui e suas controladas possuem, válidas, eficazes e em pleno vigor, todas as concessões, permissões, alvarás, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um efeito adverso relevantes sobre a Emissora;
- (h) está, assim como as suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um efeito adverso relevante sobre a Emissora;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos potenciais Investidores Qualificados são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (j) está, assim como as suas controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (k) inexistem, inclusive com relação a suas controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer caso desta alínea, (i) que possa ter ou causar um efeito adverso relevante sobre a Emissora ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;





- (l) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, bem como as correspondentes ao período de 6 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2014 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada, não tendo ocorrido qualquer alteração relevante nem aumento substancial do endividamento desde 30 de junho de 2014;
- (m) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 358;
- (n) o Formulário de Referência foi elaborado na forma e nos prazos da lei, e reflete todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora requeridas nos termos da lei e necessárias para que os investidores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, e não contem declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que tais informações, fatos e declarações que constam do Formulário de Referência em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (o) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora não divulgados no seu Formulário de Referência ou no material de divulgação da Oferta Restrita (conforme aplicável), cuja omissão faça com que qualquer informação do Formulário de Referência da Emissora ou no material de divulgação da Oferta Restrita (conforme aplicável) seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (q) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 4.13 acima;
- (r) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;



- (s) nem a Emissora nem quaisquer sociedades do seu Grupo Econômico ou seus respectivos diretores, membros de conselho de administração, acionistas, bem como quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em benefício de tais sociedades ("Representantes") incorreu nas seguintes hipóteses, tendo ciência de que a sua prática é vedada para a Emissora, as sociedades do seu Grupo Econômico e seus respectivos Representantes: (i) ter utilizado ou utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagamento, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer oficial do governo (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável; (v) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciar o pagamento de qualquer valor indevido. A Emissora declara e garante ainda, que a Emissora e as sociedades do seu Grupo Econômico dão pleno conhecimento das Leis Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora ou as sociedades integrantes de seu Grupo Econômico, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento;
- (t) ter conduzido seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção a que pode estar sujeita, bem como ter instituído e mantido, obrigando-se a continuar mantendo, políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas Leis Anticorrupção ("Obrigações Anticorrupção"). A Emissora deverá informar imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer envolvendo a Emissora, qualquer sociedade de seu Grupo Econômico e/ou seus respectivos Representantes.
- (u) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e



(v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade judicial, governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura de Emissão (e seus eventuais aditamentos) e da RCA na JUCESP e o registro do Contrato de Cessão Fiduciária (e seus eventuais aditamentos) nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, bem como o registro das Debêntures junto à CETIP e à ANBIMA (conforme aplicável).

8.2. A Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas, na mesma data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

## CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**ARTERIS S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 9º andar

CEP 04543-011 - São Paulo - SP

At.: Srs. Felipe Ezquerro Plasencia, Alessandro Scotoni Levy

Telefone: (11) 3074-2401, 3074-2410 ou 3074-2460

Fac-símile: (11) 3074-2405

E-mail: felipe.ezquerro@arteris.com.br / alessandro.levy@arteris.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304

CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br



**Para o Banco Liquidante**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100 Torre Olavo Setúbal

CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para o Escriturador Mandatário:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

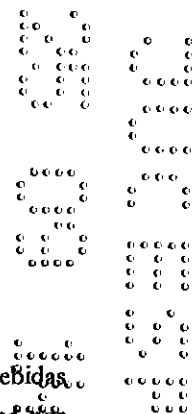
CEP 01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel./Fax: (11) 3111-1596 / (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.



Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

## CLÁUSULA X

### DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

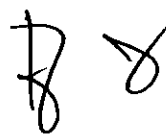
10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, de boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de



qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura de Emissão.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas neste instrumento ou no Contrato de Cessão Fiduciária, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.8. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

10.9. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.10. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.11. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.12. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.13. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### CLÁUSULA XI DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

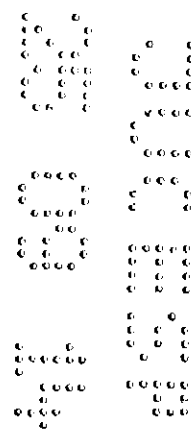




E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 16 de setembro de 2014.

*[restante da página intencionalmente deixado em branco]*





Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Arteris S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

*Rosane Basilio*

Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargo: Procuradora  
RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60

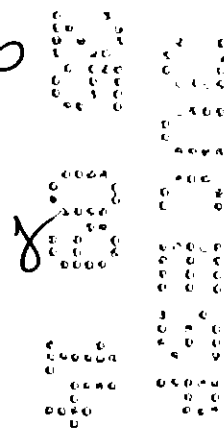
Testemunhas:

*Maria do Rosário Regalías*  
Nome: MARIA DO ROSÁRIO REGALÍAS  
CPF: 087.38.908-08

*Ligia M. Capisano*  
Nome: Ligia Maria Capisano  
CPF: 8.138.372  
033.265.748-51



ED001523-4/000



*D*

*S*